



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE LAGARTO/SE

Processo n.º 00000901720208250040 - 202054000026

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUAN BARRETO BRITO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar a presente **ALEGAÇÕES FINAIS** em forma de **MEMORIAIS**, o que faz consubstanciado nas razões que seguem abaixo, expondo para em seguida requerer:

Aclarado Julgador, a Seguradora ré faz uso de suas Alegações Finais em forma de Memoriais para trazer a vossa crivo a análise da presente demanda, bem como apresentar sucintamente suas considerações referentes às suas teses de defesa.

Alega a parte autora em sua peça vestibular que, Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não.

Em sede administrativa a parte autora ser submetida à perícia e concluiu-se pelo pagamento da indenização no importe de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) em total consonância com a Legislação vigente.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, tendo sido produzido o laudo acostado.

Contudo, após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. expert, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que embora aponte a existência de invalidez permanente, também aponta que a vítima ainda está em tratamento**:

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

Resposta: Encontra-se em tratamento.

Repita-se que, o laudo pericial apresentado é contraditório e não elucida, outrossim, o percentual da redução final da invalidez, visto que não há que se falar em estado permanente já que o tratamento busca exatamente reduzir a repercussão da lesão.

Percebe-se, portanto, que a invalidez apontada não corresponde ao percentual final de caráter permanente pois ainda estão sendo adotadas medidas de amenização da lesão.

Cumpre ressaltar, que a gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Além disso, instado a se manifestar sobre a alegada divergência na conclusão, em seus esclarecimentos o perito não deixou dúvidas e reafirmou que a vítima ainda está em tratamento, tendo sido consignado que o percentual apontado refere-se ao seu estado atual, podendo se modificar.

Logo, não há como se admitir ser o grau apontado definitivo, razão pela qual não poder ser a Seguradora condenada a pagar indenização com base no percentual indicado.

Dessa forma, requer seja acolhido o laudo administrativo, reconhecendo-se como correto o pagamento efetuado.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Dessa forma, por tudo mais que dos autos consta, bem como as provas produzidas, reportando-se o Réu as razões apresentadas na contestação, e fundamentação exposta na presente alegações finais, requer a total improcedência da demanda com a extinção do processo na forma do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

LAGARTO, 23 de fevereiro de 2022.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE**